3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE 1 2 FRANCA – 19 DE MARÇO DE 2025. 3 Ao décimo nono (19) dia do mês de marco de dois mil e vinte e cinco (2025), às oito horas e dez minutos (10 h 10), iniciou-se a terceira (3ª) Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca - CMAS, 4 5 em conjunto com o Conselho Municipal da Pessoa Idosa – COMUPI, e foi realizada presencialmente, na Secretaria 6 de Ação Social - Avenida Champagnat - 1750 - Centro - Franca-SP. A reunião foi coordenada pela Presidente do 7 CMAS, Márcia Tomie Nakao e pelo Presidente do COMUPI, José dos Reis Marcelino dos Santos. Estiveram 8 presentes na reunião vinte e um (21) conselheiros(as), sendo treze (13) da Sociedade Civil e oito (08) do Poder 9 Público, com os(as) seguintes Conselheiros(as) Titulares: André Luís Pereira de Souza, Élcio Bento Teodoro, 10 Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Márcia Tomie Nakao, Jaqueline Santos de Paulo, Karla Cristina Miranda Melo, 11 Elaine Pereira de Sousa, Roberta Pucci de Melo, Jandira de Almeida Ramos, Christiane Hakime de Souza, 12 Terezinha Vicentina Silva Goulart e Gabriel Ferreira dos Santos. Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade: 13 José dos Reis Marcelino Silva, Marina Borges de Araújo e Karla Migani de Andrade Souza. Conselheiros 14 Suplentes: Maria Aparecida Donizete de Souza, Aline Lima da Silva, Daniela Junqueira Palhares, Cristina Malta 15 Guimarães, Simone Martins Ramos e Fernanda Peixoto Cintra Meneghettti. Pela Secretaria-Executiva do CMAS 16 estiveram presentes: Maria Amélia Faciroli Vergara, Secretária Executiva do CMAS e a estagiária, Luiza 17 Pasquarelli. A reunião contou com os conselheiros do COMUPI e o Secretário Executivo André Ramos Carloni. 18 Também participou da reunião a Diretora da Proteção Social Especial, Senhora Iara Flávia Afonso Guimarães. A 19 pauta da reunião foi aprovada, com a inversão dos assuntos, uma vez que no início da reunião o COMUPI não 20 contava com o quorum mínimo para discussão conjunta do item sobre as Emendas Parlamentares, sendo assim a 21 pauta ficou da seguinte forma: 1 - Ordem do dia: - Chamada e Verificação de quórum e Apresentação das 22 justificativas dos conselheiros ausentes; <u>2 – Aprovação da pauta, 3 – Assuntos:</u> 3.1 – Deliberação sobre recurso 23 Estadual de cofinanciamento de Benefícios Eventuais; 3.2 - Convite SESC - Evento sobre Direitos Humanos 24 para todas as pessoas (Direitos Humanos no contexto intersetorial, destacando o papel estratégico das Políticas 25 Sociais, dos Conselhos de Direitos, do Sistema de Garantia de Direitos e dos Movimentos Sociais) – dia 25 de 26 março, das 8h30 ás 12h - 02 vagas; 3.3 - Apresentação de Pareceres da Equipe de Gestão sobre Emendas 27 Impositivas Municipais para Deliberação do colegiado: Dando início à reunião, a Presidente do CMAS, Márcia, 28 cumprimentou os(as) Conselheiros(as) presentes e deu as boas vindas aos conselheiros do COMUPI. Em seguida o 29 Presidente do COMUPI, senhor José Reis também cumprimentou os presentes. Na sequência Márcia solicitou que

a verificação do quórum do CMAS e a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a

30

31 presença de quinze (15) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as seguintes 32 ausências com justificativa: Mirian Suzete Monteiro, Maria Nedy Santos, Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira, 33 Rosania Aparecida Silva Palamoni, Alba Valéria Oliveira Ruiz, Eder Furtado Ribeiro, Aline Tatiane Silva de Assis, 34 Denize Ornellas Graciano, Adriana Aparecida Salviano Martins, Vanda Maria Pires Rodrigues e Geisla Fábia Pinto. 35 O secretário-executivo do COMUPI, André, também fez a conferência do quórum que foi confirmado antes do 36 início da discussão e deliberação do item 3.3. Assim, passou-se ao primeiro assunto da pauta, item: 3 - Assuntos: 37 3.1 - Deliberação sobre recurso Estadual de cofinanciamento de Benefícios Eventuais; A palavra foi passada 38 para a Assessora de Gabinete e conselheira representante da Secretaria de Ação Social, senhora Jandira de Almeida 39 Ramos. Jandira explicou que se trata de novo recurso financeiro Estadual para cofinanciamento de Benefícios 40 Eventuais. Lembrou que anualmente a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS, tem repassado recurso para 41 esse fim. Salientou que o valor de cofinanciamento será de R\$ 107.830,80 (cento e sete mil, oitocentos e trinta reais 42 e oitenta centavos) a ser repassado pelo Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência 43 Social, no exercício de 2025. A proposta da Gestão é para utilização na modalidade de Auxilio para Situações de 44 Vulnerabilidade Temporária, mediante pagamento de Aluguel Social, uma vez que esta é uma grande demanda da 45 Assistência Social e esse recurso complementará os valores já previstos no orcamento do município. A conselheira 46 Viviane perguntou se esse recurso contemplará também o pagamento do auxílio aluguel do Programa Moradia 47 Primeiro. Jandira respondeu que sim, e que a proposta é regulamentar esse Programa, porém, enquanto não existe 48 essa regulamentação o Programa permanece vinculado no orçamento dos benefícios eventuais de auxílio aluguel. 49 Ao final e não havendo mais questionamentos a presidente Márcia solicitou a deliberação dos conselheiros que 50 aprovaram, por unanimidade, o aceite ao recurso de cofinanciamento estadual, bem como, a sua utilização. Dando 51 seguimento passou-se ao item 3.2 - Convite SESC - Evento sobre Direitos Humanos para todas as pessoas 52 (Direitos Humanos no contexto intersetorial, destacando o papel estratégico das Políticas Sociais, dos 53 Conselhos de Direitos, do Sistema de Garantia de Direitos e dos Movimentos Sociais) – dia 25 de março, das 8h30 ás 12h - 02 vagas. O ofício do SESC, convidando o CMAS para o referido evento foi apresentado ao 54 55 colegiado e a presidente consultou os conselheiros sobre a disponibilidade e interesse em participar. Maria Amélia 56 informou que, em consulta à representante do SESC, foi apontada a possibilidade de participação de até 03 57 conselheiros(as). Assim, manifestaram-se as conselheiras Elaine, Simone e Márcia, que participarão do referido 58 evento. Dando continuidade à reunião passou-se então ao item 3.3 - Apresentação de Pareceres da Equipe de 59 Gestão sobre Emendas Impositivas Municipais para Deliberação do colegiado; Inicialmente a palavra foi passada 60 para a representante da Equipe de Gestão da Secretaria de Ação Social, a Diretora da Proteção Social Especial,

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

senhora Iara Flávia Afonso Guimarães. Iara destacou que foram encaminhadas para a Secretaria de Ação Social o total de 78 emendas, sendo algumas alocadas no Fundo Municipal da Assistência Social, outras no Fundo Municipal da Pessoa Idosa e algumas na própria Secretaria de Ação Social. Salientou que as análises de emendas são diferentes dos chamamentos públicos e que esse trabalho contemplou a verificação da documentação necessária e a análise se os planos estavam de acordo com a finalidade da Emenda. Disse que alguns Planos não foram apresentados e algumas organizações não enviaram toda a documentação. Pontuou que caso o parecer seja pela não aprovação, a emenda retorna para o vereador e ele define qual será o direcionamento. Em seguida a palavra foi passada para a conselheira Roberta, da Equipe de Vigilância e Monitoramento, setor que ficou responsável pela análise dos Planos e documentos apresentados pelas Organizações. Roberta apresentou um quadro no qual constou os seguintes itens: a OSC a quem se destinou a emenda, o número da emenda, valor e o vereador responsável pela indicação, o Fundo Municipal na qual a mesma ficou alocada, além da situação de aprovado ou rejeitado e as justificativas para tal decisão. Foram apresentadas as emendas para deliberação dos colegiados, sendo deliberadas pelo CMAS aquelas que foram alocadas no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e pelo COMUPI, aquelas alocadas no Fundo Municipal de Pessoa Idosa - FMPI. Inicialmente foram apresentadas as emendas destinadas a Associação das Famílias e Pessoas Portadores De Paralisia Cerebral de França - CAMINHAR, para a qual foram indicadas 11 (onze) emendas, alocadas no FMAS, no valor total de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais) e todas foram rejeitadas, com as seguintes justificativas: "Apresentou apenas um Plano de Trabalho para todas as Emendas / Valor inconsistente, superior a soma das emendas / Recurso destinado para Obras em prédio municipal (INVIABILIDADE TÉCNICA)". Roberta explicou que é vedado a execução de obras em prédios cedidos pelo município e Jandira complementou que, além disso, as normativas nacionais orientam essa vedação de realização de obras com recursos de emendas e salientou que os Planos precisam ser individuais e por emenda. Christiane disse que todas essas informações e justificativas foram feitas tomando por base as orientações sobre Emendas e que constam no Portal da Transparência do município. Viviane pontuou que essas orientações do Portal foram posteriores às destinações das Emendas, portanto quando foram indicadas ainda não tinham essas informações, o que pode ter ocasionado algumas dúvidas. A OSC Associação dos Deficientes Físicos de Franca e Região - ADEFI, para a qual foram destinadas 04 (quatro) emendas, alocadas no FMAS, no valor total de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) e todas foram rejeitadas, com as seguintes justificativas: emenda 15 – Finalidade: Custeio (FMAS). / Objeto não compatível com o FMAS e Política de Assistência Social (Oficinas Terapêuticas); emenda 70 e 84 - Finalidade: Custeio / Plano único para duas emendas de 20 mil, totalizando 40 mil; emenda 272 – Finalidade: Custeio / Parte das despesas refere-se a recurso destinado para Obras em prédio

91 municipal (INVIABILIDADE TÉCNICA). Viviane argumentou que o Estado aceita a utilização de emendas para 92 obras, porém Roberta e Jandira pontuaram que todas as legislações nacionais trazem essa vedação. Jandira destacou 93 que a orientação que receberam da Copel é para canalizar essas emendas diretamente para atendimento do usuário. 94 Ao que Viviane salientou que a melhoria no espaço beneficia também o público atendido, uma vez que melhora a 95 estrutura para o atendimento. Roberta fez a defesa da importância do diálogo dos vereadores e organizações, até 96 mesmo para avaliarem as necessidades das organizações. Dando continuidade foram apresentadas as emendas da 97 Sociedade Francana de Instrução e Trabalho para Cegos, e foram destinadas 03 emendas alocadas no FMAS, 98 no valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), das quais duas foram rejeitadas com as seguintes justificativas: 99 emenda 72 - Rejeitada - Finalidade: Investimento / Equipamentos / Dados conflitantes - Destinação tem Razão 100 Social e CNPJ de outra OSC (FEJI); emenda 113 - Rejeitada - Finalidade: Investimento / Plano de Trabalho 101 diferente da finalidade indicada pelo Vereador (Material Paradesportivo x Ventiladores). A terceira emenda, de 102 número 218, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) foi apresentada para debate e decisão do colegiado. 103 Roberta pontuou que a mesma prevê atividades paradesportivas, com a contratação de um educador físico de 104 "goalball" e também no transporte dos atletas (pessoas com deficiência visual do centro dia e dos atendidos pela 105 OSC) para participarem dos jogos, estando a mesma voltada para competições. Iniciou-se então um debate entre os 106 participantes, no qual, alguns conselheiros pontuaram que essas ações são estratégias importantes e estão em 107 consonância com a politica de segurança de renda e autonomia, uma vez promovem essas seguranças afiançadas 108 para esse público. Destacou-se também que essas competições configuram-se como um processo de inclusão muito 109 importante. Os participantes debateram ainda a importância de normatizar essas emendas, na Politica de 110 Assistência Social, visando regulamentar e dar transparência e orientação aos envolvidos. Maria Amélia lembrou 111 que esse é um debate que se iniciou já há algum tempo e que está como meta de ação deste conselho para este ano. 112 Após amplo debate foi feita a votação, ficando 12 (doze) votos a favor e 03(três) abstenções, portanto a referida 113 emenda foi aprovada. A emenda seguinte apresentada foi da OSC Associação dos Pais e Amigos dos 114 Excepcionais de Franca – APAE, com a destinação de 01 emenda alocada no FMAS, no valor de R\$ 65.000,00 115 (sessenta e cinco mil reais), que foi rejeitada com a seguinte justificativa: Recurso destinado para Obras (INVIABILIDADE TÉCNICA). Na sequência passou-se a apresentação da emenda destinada a OSC Lar de Idosos 116 117 Euripedes Barsanulfo que teve a indicação de três emendas, alocadas no Fundo Municipal de Assistência Social — 118 FMAS, no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e duas no Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI. Em 119 relação às emendas do FMAS, a emenda 99 e 40 foram rejeitadas com as respectivas justificativas: Finalidade: 120 Equipamento (FMAS) / Compra fracionada de Veículo em 8 Emendas. / Declarações com erros de

121 preenchimento, artigos e leis divergentes (item 5, 23 e 27) / Faltou Declaração do Contador e Finalidade: 122 Equipamento (FMAS) / Compra fracionada de Veículo em 8 Emendas Declarações com erros de preenchimento, 123 artigos e leis divergentes (item 5, 23 e 27) / Faltou Declaração do Contador; já a emenda nº 109, no valor de R\$ 124 10.000,00 (dez mil reais) foi aprovada e será utilizada para aquisição de equipamentos (impressoras). A Emenda 125 seguinte foi da OSC Instituição Espirita Nosso Lar com a indicação de 01 emenda do FMAS e 01 do FMPI. Em 126 relação à emenda do FMAS o valor foi de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) com a finalidade de custeio, com a 127 aquisição de colchões e foi aprovada. As emendas da Casa São Camilo de Lellis foram 02 do FMAS, no valor 128 total de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais e 01 do FMPI. Em relação ao FMAS, a emenda nº 111 foi rejeitada em 129 razão da seguinte justificativa: Não apresentou Plano de Trabalho; e a emenda nº 131, no valor de R\$ 30.000,00 130 (trinta mil reais) foi aprovada na finalidade "Investimento" para aquisição de mobiliários. A OSC Fundação 131 Espirita Judas Iscariotes teve apenas uma emenda alocada no FMAS, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), 132 que foi aprovada para ampliação de jornada de motorista; outras duas emendas foram alocadas no FMPI. Para a 133 OSC Pastoral do Menor e Família foi destinada uma emenda alocada no FMAS, no valor de R\$ 70.000,00 134 (setenta mil reais) e foi rejeitada, com a seguinte justificativa: Custeio - Plano não está de acordo com a 135 classificação orcamentária (Custeio x Investimento). A OSC Voluntários Sociais de Franca – VOSF teve uma 136 emenda alocada no FMAS, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e foi rejeitada, com a seguinte justificativa: 137 Equipamentos Documentação: faltam Itens 04, 05, 06, 08, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 / Aplicação de recursos em 138 ampliação de prédio próprio (Elevador); também teve uma emenda do FMPI. A organização Centro Espirita 139 Sebastiana Barbosa Ferreira, teve uma emenda alocada no FMAS, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), 140 que foi rejeitada pela seguinte justificativa: Custeio Plano não está de acordo com a classificação orçamentária / 141 Documentação: faltam Itens 07 e 20 /. O Centro de Integração da Terceira Idade – Lions Clube Franca Sobral 142 teve a indicação de uma emenda no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil), alocada no FMAS, que foi rejeitada, com a 143 seguinte justificativa: Custeio – Não foram apresentados Planos de Trabalho para a SEDAS. Ao Instituto Pablo 144 Henrique foram indicadas 09 emendas, alocadas no FMAS, no valor total de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa 145 mil reais) e todas foram rejeitadas pela seguinte justificativa: Não foram apresentados Planos de Trabalho para a 146 SEDAS. Roberta explicou que o Instituto enviou todos os Planos de Trabalho para a Secretaria de Esporte e 147 Cultura. A OSC Instituição de Apoio Nossa Senhora Aparecida – IANSA teve a indicação de 15 emendas, 148 alocadas no FMAS, no valor total de R\$ 467.630,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta reais) e 149 destas foram aprovadas as emendas de número 112, 143 e 251, todas para utilização em despesas de custeio, de 150 combustível, assessoria e treinamento e água, luz e internet, totalizando R\$ 79.210,00 (setenta e nove mil, duzentos

151 e dez reais); as demais emendas foram rejeitadas, com as seguintes justificativas: emenda 20 - Finalidade: 152 Custeio. Inconsistência nas atribuições da equipe contratada.(Atribuições); emenda 43 – Finalidade: Custeio / 153 Despesas: R\$ 50.814,54 / Meta 2 não relaciona com a Despesa / Não cita Serviços Gerais no Quadro de Metas; 154 emenda 55 - Finalidade: Custeio / Falta o Anexo D / Não especifica o demonstrativo dos materiais. / Valores 155 mensais errados no Plano de Aplicação por Aquisições; emendas 80,101, 125 e 239 tiveram a mesma justificativa: 156 Finalidade: Custeio / Falta o Anexo D / Não especifica o demonstrativo dos materiais; emenda 166 e 174 -157 Finalidade: Custeio / Profissionais em desacordo com o SUAS (Marketing e nutricionista): emenda 198 — 158 duplicidade de finalidade com outro Plano apresentado; emenda 220 - difere da finalidade da Emenda do 159 vereador; e emenda 273 – Finalidade: Custeio / Meta em desacordo com a Despesa / Profissionais listados 160 incompatíveis. Em seguida passou às Emendas da OSC Berçário Dona Nina, que teve a indicação de duas 161 emendas no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), alocadas no FMAS. Roberta disse que a organização 162 apresentou dois Planos de trabalho, sendo a contratação de assessoria para realizar capacitação da equipe e 163 supervisão e o outro Plano, relativo a outra emenda, será para contratação desta mesma assessoria que atuará 164 também com as famílias. Cada emenda prevê o valor de R\$ 19.700,00(dezenove mil e setecentos reais), ou seja, 165 haverá devolução de valores, porém em consulta ao setor financeiro e jurídico da Prefeitura foi informado que isso 166 é possível. Roberta solicitou debate e decisão do colegiado, uma vez que a mesma tem a inscrição de um projeto no 167 CMAS, porém as orientações acerca das emendas federais é de que a destinação deve ser somente para serviços 168 socioassistenciais. Pontuou que o município precisa avaliar como vai lidar com estas questões relativas às 169 organizações que executam somente programas e projetos, além das entidades de assessoramento de defesa e 170 garantia de direitos. Sendo assim, considerando que é um projeto inscrito no CMAS e que não conta com 171 cofinanciamento municipal, foi colocado em votação essa definição. Assim, a destinação das duas emendas foram 172 aprovadas com 11 votos favoráveis e 04 abstenções. Prosseguindo foi apresentada a emenda destinada à 173 Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Franca – APAAF, no valor de R\$ 35.000,00(trinta e cinco mil 174 reais), porém a mesma foi rejeitada com a seguinte justificativa: Não comprova experiência prévia de Serviço 175 Socioassistencial, nem executa Serviços Tipificado (Resolução 109/09 — CNAS) / Não relaciona as Metas com as Despesas no Plano de Trabalho. / Faltam Itens 03, 17 e 25 / Declaração de Prestação de Contas está vencida. A 176 177 OSC Casa de Apoio Dom Pedro Luiz teve uma emenda no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), alocada 178 no FMAS, sendo esta aprovada para utilização em custeio de alimentação e outras despesas. As emendas a seguir 179 foram alocadas no FMAS ou na SEDAS, porém são de Organizações que não estão inscritas no CMAS e não 180 executam serviços, programas ou projetos socioassistenciais, portanto todas foram rejeitadas, sendo elas: Clube da

Velha Guarda, Associação de Desenvolvimento Social Humano Novas de Paz, Frei Gregório Gil, Centro Social Paineiras, AEAF, Narefa – Amor Exigente e APADA. Maria Amélia fez a sugestão de incluir no quadro destas emendas, que será encaminhado pela Gestão, a informação de que a organização não é inscrita no CMAS, uma vez que está é também uma justificativa pela não aprovação. Ficando assim acordado. Finalizadas as apresentações e deliberações, foi definido que serão elaboradas e publicadas as devidas Resoluções, do CMAS e do COMUPI, separadamente, nas quais deverão constar um quadro com o número da emenda, o vereador que indicou, a organização da sociedade civil, a situação de inscrição ou não no CMAS, bem como, a natureza da despesa e situação de aprovado ou rejeitado. Definiu-se também que na Resolução a ser publicada não serão incluídas as justificativas, as quais, constarão apenas na ata. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às nove horas e quarenta minutos (09h40), tendo sido gravado o áudio para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, Secretária Executiva do CMAS, lavrei a presente ata, a qual, uma vez lida e aprovada pelo colegiado, será anexada a lista de presença.